



**ILMO. SR. PREGOEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA.**

**Ref.: Impugnação aos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 06/2025**

**Oi S.A. (Em Recuperação Judicial)**, sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Lavradio, 71, 2º andar, parte, Bairro Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.535.764/0001-43; doravante denominada “Oi”, vem, por seu representante legal, com fulcro na Lei nº. 14.133/2021, apresentar **Impugnação** aos termos do Edital em referência, pelas razões a seguir expostas:

### **Razões de Impugnação**

A CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA instaurou procedimento licitatório na modalidade Pregão, na forma eletrônica, registrado sob o n.º 06/2025, visando a “contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de Sistema Integrado de segurança, Firewall, anti-malware/anti-exploit/antiransomware, com Central de Gerenciamento para atender às necessidades da Câmara Municipal de Londrina, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Contudo, a Oi tem este seu intento frustrado perante as imperfeições do Edital, contra as quais se investe, justificando-se tal procedimento ante as dificuldades observadas para participar de forma competitiva do certame.

Saliente-se que o objetivo da Administração Pública ao iniciar um processo licitatório é exatamente obter proposta mais vantajosa para contratação de bem ou serviço que lhe seja necessário, observados os termos da legislação aplicável, inclusive quanto à promoção da máxima competitividade possível entre os interessados.

Entretanto, com a manutenção das referidas exigências, a competitividade pretendida e a melhor contratação almejada, poderão restar comprometidas o que não se espera, motivo pelo qual a Oi impugna os termos do Edital e seus anexos, o que o faz por meio da presente manifestação.



## **ALTERAÇÕES A SEREM FEITAS NO EDITAL E NOS ANEXOS**

### **1. REALIZAÇÃO DO PAGAMENTO MEDIANTE FATURA COM CÓDIGO DE BARRAS**

O Edital e seus anexos não preveem a possibilidade de pagamento através de fatura com código de barras.

Ocorre que tal sistema de pagamento encontra-se em consonância com o procedimento de pagamento adotado relativamente aos serviços de telecomunicações, uma vez que esses **são pagos mediante apresentação de fatura (nota fiscal com código de barras), ou mediante SIAFI nos casos de órgãos vinculados à Administração Pública Federal, como é o caso da ANATEL.**

Com efeito, esse sistema de faturamento e cobrança, o qual permite o reconhecimento rápido e eficiente do pagamento, é baseado em código de barras.

Qualquer outra forma de pagamento, como o depósito em conta corrente previsto no Edital, causará transtornos ao sistema de contas a receber da empresa de telecomunicações contratada

Ademais, a Oi utiliza o sistema de faturamento, por meio de Nota Fiscal/Fatura, emitida com código de barras para pagamento, em apenas uma via, modelo 22, em razão das várias vantagens que essa forma de pagamento proporciona.

Dentre as vantagens para o cliente estão a garantia de baixa automática das faturas no sistema das empresas Oi, em 5 (cinco) dias úteis após o pagamento. Da mesma forma, tal sistema proporciona vantagens à empresa prestadora dos serviços garantindo a satisfação do cliente.

Ante o exposto, para a melhor adequação do Edital à realidade do setor de telecomunicações, requer a alteração/ inclusão de item, a fim de permitir que o pagamento seja realizado mediante autenticação de código de barras, facilitando, assim, o reconhecimento eficiente do pagamento.

### **2. INCLUSÃO DE GARANTIAS À CONTRATADA EM CASO DE INADIMPLÊNCIA DA CONTRATANTE.**

Da análise do instrumento convocatório notou-se ausência de garantias à Contratada em caso de atraso no pagamento da parcela avençada.



Não obstante, cumpre trazer à baila o art. 89 da Lei n.º 14.133/2021, que estabelece a aplicação supletiva dos princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado no âmbito dos contratos administrativos. Adiante, verifica-se que o art. 115 da nova Lei de Licitações determina que “o contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial”.

Nesse sentido, verifica-se que o eventual descumprimento da obrigação de pagamento da Contratante deverá gerar as devidas consequências. No caso em quadra, caracteriza-se a mora por parte da Contratante. Em assim sendo, deverá ressarcir a Contratada no que tange aos ônus de mora, a saber: juros moratórios, multa moratória e correção monetária.

Verifica-se que a necessidade premente de ressarcimento baseia-se no fato de que não pode a Contratada suportar o atraso do pagamento das parcelas sob pena de desequilíbrio da relação contratual. Ademais, a mora da Administração culminada com a não incidência dos encargos devidos gera incondicionalmente o locupletamento sem causa desta.

Por fim, verifica-se que os percentuais referentes à multa e juros moratórios devem se dar, respectivamente, à razão de 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura e 1% (um por cento) ao mês. A correção monetária deve se operar com base no IGP-DI, índice definido pela FGV. A razão pela fixação de tais parâmetros se dá na prática usual do mercado em geral, incluindo o de telecomunicações. Verifica-se que, impostos valores aquém do exposto, pode-se gerar para a Administração situação de flagrante desequilíbrio, influenciando, em última análise, no equilíbrio econômico-financeiro da Contratada.

Pelo exposto, faz-se necessária a inclusão do item no Edital e minuta do contrato referente ao ressarcimento referente ao atraso no pagamento da parcela contratada por parte do Contratante, de modo a incidir multa de 2% sobre o valor da fatura no mês de atraso, juros de mora na ordem de 1% ao mês e a correção monetária pelo IGP-DI.

### **3. DA SOLUÇÃO DE FIREWALL**

Conforme ITEM 1 da tabela de preço:

*“Firewall (Next-Generation Firewall) para proteção de informação perimetral e de rede interna que inclui stateful Firewall para operar em alta disponibilidade (HA) em modo ativopassivo ou ativo-ativo, conforme especificações detalhadas no item 4.2 e seus subitens do Termo de Referência. Alta disponibilidade requer no mínimo 2 equipamentos para trabalhar em redundância.”*



Contudo conforme descrição do item 4.2 está mencionado Firewall de aplicação WEB conforme texto retirado do termo de referência:

***“4.2. FIREWALL (NEXT-GENERATION FIREWALL): Next-Generation Firewall (NGFW) para proteção de informação perimetral e de rede interna que inclui stateful firewall com capacidade para operar em alta disponibilidade (HA) em modo ativo-passivo ou ativo-ativo para controle de tráfego de dados por identificação de usuários e por camada 7, com controle de aplicação, administração de largura de banda (QoS), VPN IPsec e SSL, IPS, prevenção contra ameaças de vírus, malwares, Filtro de URL, criptografia de email, inspeção de tráfego criptografado e proteção de firewall de aplicação Web.”***

Contudo cabe ressaltar que equipamentos NGFW - NEXT-GENERATION FIREWALL e WAF - Web Application Firewall, são equipamentos com focos diferentes de utilização, logo complementares e cada qual com suas próprias características e dimensionamento de solução conforme a necessidade da CONTRATANTE.

NGFW possui como função e objetivos principais segurança de rede e opera até a camada 7 do modelo OSI (camada de aplicação), permitindo a inspeção de conteúdo de pacotes de rede enquanto soluções de WAF tem como função principal proteger aplicações web contra-ataques na camada de aplicação, como injeções SQL, XSS, o foco concentra-se especificamente na segurança de aplicações web e APIs.

Desta forma solicitamos que o edital seja modificado de forma a separar os itens a serem contratados, desta forma tendo o ITEM referente ao NEXT-GENERATION FIREWALL e o ITEM referente a Web Application Firewall, uma vez que conforme exemplificado são soluções distintas.

**Nossa solicitação será acatada?**

#### **4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL**

*“8.8. Como Qualificação Técnico-Profissional, será exigido do vencedor:*

*8.8.1. A comprovação que a empresa possui em seu quadro de funcionários, pelo menos, 1 (um) funcionário com certificação profissional na solução ofertada, mediante registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social ou apresentação de Contrato Social ou Contrato de Prestação de Serviços ou documento equivalente. ”*

Solicitamos que o texto referente a qualificação profissional seja alterado para:

*8.8.1. A comprovação que a empresa possui em seu quadro de funcionários, pelo menos, **1 (um) funcionário com experiência profissional equivalente ou superior na solução ofertada**, mediante registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social ou apresentação de Contrato Social ou Contrato de Prestação de Serviços ou documento equivalente.*

**8.8.1.1 Entende-se como experiência equivalente ou superior atividades desempenhadas pelo profissional comprovadas por meio de curriculum, carteira de trabalho e/ou documento emitido por ex-empregador. Essas experiências devem atender todos os requisitos solicitados nos itens da solução técnica e seus subitens.**

Nossa solicitação será acatada?

#### **5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

SOLICITAMOS QUE O TEXTO:

*“8.7.1.1. Como critério mínimo aceitável, o atestado apresentado deverá comprovar o fornecimento de Firewall NGFW e pelo menos 110 endpoints com integração nativa ao Firewall.”*

Considerando que existem diversas soluções no mercado de diferentes fabricantes de NGFW e EDR/XDR e que uma determinada empresa pode possuir experiência em soluções NGFW de uma fabricante e de EDR/XDR de outra fabricante e que não necessariamente essas fabricantes possuam integração nativa, isso não desqualifica a experiência técnica nas soluções a serem ofertas e entregues, desta forma solicitamos que o texto integração nativa seja retirado do edital, afim de manter uma ampla concorrência sem restringir a participação de empresas com capacidade de entregar a solução solicitada.

Nossa solicitação será acatada?

#### **Pedido**

Para garantir o atendimento aos princípios norteadores dos procedimentos licitatórios, a **Oi**, requer que V. S<sup>a</sup> julgue motivadamente a presente Impugnação, no prazo de 24 horas, acolhendo-a e promovendo as alterações necessárias nos termos do Edital e seus anexos, sua consequente republicação e suspensão da data de realização do certame.

Londrina – PR, 15 de maio de 2025.

Atenciosamente,

  
\_\_\_\_\_  
Mauro Dutra Júnior  
Executivo de Negócios Oi